



## BRINQUEDO DE MIRITI, PATRIMONIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL<sup>1</sup>

Luana Carneiro Bezerra

Campus Universitário de Aabaetetuba/UFPA; [luanabezessa31@gmail.com](mailto:luanabezessa31@gmail.com)

Ana Cláudia Santos Silva

Campus Universitário de Aabaetetuba/UFPA; [claudiasansi95@gmail.com](mailto:claudiasansi95@gmail.com)

Joyce Otânia Seixas Ribeiro

Campus Universitário de Aabaetetuba/UFPA; [joyce@ufpa.br](mailto:joyce@ufpa.br)

Com este trabalho refletiremos o brinquedo de miriti como patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará e a necessidade de educação patrimonial. O referencial teórico conta com Canclini (1994, 1998), Gonçalves (2002) e Clifford (1994). O procedimento de pesquisa contou com a aplicação de questionários e diálogos com as equipes técnicas da 3ª URE e Semec. Como resultados, temos apesar da dupla centralidade do brinquedo de miriti para a cidade, os conhecimentos relacionados à cultura do miriti são ignorados pelas escolas municipais e estaduais, por inúmeras razões: ausência de uma política de formação cultural, carga horária impeditiva, ensino com foco no currículo oficial, e tempo pedagógico tomado pelos inúmeros projetos governamentais. Por isso, argumentamos em favor da educação patrimonial, objetivando formar culturalmente crianças e jovens, e produzir outra *economia do afeto* para que possam participar da *teatralização* do patrimônio cultural.

**Palavras-Chave:** Brinquedo de miriti. Patrimônio cultural. Educação Patrimonial.

### Introdução

Com este trabalho pretendemos refletir sobre os artefatos de miriti como patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará, destacando seus significados, seus efeitos na constituição de identidades, destacando a necessidade de educação patrimonial. O aporte teórico é o dos Estudos Culturais, especialmente Canclini (1994, 1998), Hall (1996, 1997), e Bhabha (1998). Os procedimentos de pesquisa contou com a aplicação de questionários durante os anos 2015-16, a grupos de professores/as e técnicos/as da 3ª URE e da Semec/Abaetetuba. A partir das informações produzidas, concluímos pela necessidade de explorar o patrimônio cultural e a educação patrimonial.

### 1 O brinquedo de miriti: patrimônio cultural imaterial

---

<sup>1</sup> O trabalho resulta da pesquisa A tradição do brinquedo de miriti no currículo da escola básica, desenvolvida nos anos de 2015-16, com o apoio das duas bolsistas autoras deste trabalho.



O brinquedo de miriti é patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará, pela Lei Estadual 7.433/2010. Consta ainda como “elemento estruturante” do Círio de Nazaré, em documento que certificou o Círio de Nazaré como patrimônio cultural imaterial do Brasil (IPHAN, 2004). A referida certidão, indica vários componentes que são fundamentais e indispensáveis para que o Círio aconteça, e um deles é a presença alegre e colorida do brinquedo de miriti.

Todo grupo humano possui atividades de colecionamento de objetos móveis e imóveis. Assim, em qualquer cultura há práticas de colecionar certos bens e artefatos culturais, que servirão para definir uma propriedade coletiva, expressar o desejo de constituir identidades individual e coletiva, e de marcar domínio sobre o outro (Gonçalves, 2002). Estes três aspectos são muitos presentes no ocidente, o que é confirmado por Clifford (1994, p. 68) quando argumenta que “[...] colecionar tem sido há muito uma estratégia para a distribuição de um eu, uma cultura e de uma autenticidade possessiva”. O patrimônio cultural é concebido como um conjunto de bens materiais e imateriais que representa ideias e valores, na mediação entre passado e presente, e constitui identidades e formas culturais (Gonçalves, 2002). A constituição identitária é um processo complexo, e realizado na medida em que o patrimônio cultural é considerado um dom, com a capacidade de identificar uma nação concedendo-lhe prestígio indiscutível (Canclini, 1994; 1989). Ainda para este autor, por ser considerado parte de uma cultura própria, diferencia um lugar de outro e sustenta as identidades. O patrimônio pode ser de natureza material ou imaterial, também denominados de tangível e intangível. O patrimônio material é constituído por um conjunto de bens culturais que podem ser de natureza arqueológica, histórica, paisagística, etnográfica, arquitetônica, artística, entre outros.

Já o patrimônio cultural imaterial tem uma definição bem mais complexa pois considera não o objeto, lugar ou monumento, mas seu valor simbólico. Pode soar estranho que bens materiais sejam classificados como patrimônio cultural imaterial, assim como o é o brinquedo de miriti, por exemplo. Porém, é assim em razão da noção de patrimônio imaterial estar interconectada à atual concepção antropológica de cultura, que enfatiza não os objetos mas as relações simbólicas e seus significados culturais. Assim, a partir da noção antropológica de cultura como conjunto de significados, é patrimônio imaterial o objeto, lugar, monumento ou o evento que comunica, representa – ideias, valores, sentimentos –, orienta práticas, e constitui identidades<sup>2</sup> a partir do lugar que ocupa, qual seja, a intersecção

---

<sup>2</sup> A noção de identidade em Hall (1997) é provisória, já que devido ser um debate recente a comunidade sociológica se encontra dividida em relação ao tema, em razão do conceito ter sido pouco desenvolvido. Mesmo



entre passado e presente. Assim, concluímos que não são as esculturas miniaturizadas, repletas de detalhes e de colorido vibrante que são patrimônio cultural, mas sim, os significados que transmitem.

Em relação ao valor simbólico do patrimônio, há significados individuais e coletivos. No primeiro caso, os artesãos são considerados pessoas especiais por criar algo belo; assim, experimentam o trânsito na esfera pública, os contatos e o prestígio o que tem efeitos sobre suas identidades. Do ponto de vista coletivo, Clifford (1994) enfatiza que os objetos antigos possuem sentido de profundidade e história passada especialmente quando não são produzidos em massa (produção industrial) e nem são considerados apenas arte turística, o que leva certos grupos de indivíduos a preservá-los e valorizá-los, pois agregam qualidades retrospectivas, inventivas e de autenticidade. Conservar o patrimônio cultural proporciona a saúde espiritual da população, na medida em que conservar o patrimônio cultural serve de testemunho de que a essência de passado de glórias ou de certo estado de natureza, sobrevive às mudanças do progresso e da modernização, como é o caso da vida cotidiana no interior da Amazônia. Em tempos de vertiginosa industrialização, o campo – seus costumes e tradições – é considerado única via de redenção social (Canclini, 1989), porque a província acaba por ser representada como a alma do país, em razão da crença de que lá está preservada a pureza, os valores, e a população mantém sua identidade.

## **2 Brinquedo de miriti, patrimônio e educação patrimonial**

Como já argumentou Canclini (1989) antes, o reconhecimento de um bem como patrimônio cultural supõe a certeza de que é preciso preservá-lo por seu valor estético e simbólico. Este valor, em certa medida, é inquestionável, pois há consenso coletivo em torno dele, a despeito das divisões entre classes, etnias e grupos. Apesar do consenso e do prestígio, do reconhecimento da relevância do brinquedo de miriti para a cultura local e para a constituição de identidades, a educação patrimonial não é realidade nas escolas do município de Abaetetuba, como indicou um breve levantamento na 10ª Unidade Regional de Educação - URE e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Semec.

Dada a centralidade deste artefato para a cultura local, acreditamos na necessidade de promoção de um processo formativo voltado para a educação visual, objetivando o reconhecimento dos significados culturais envolvidos. Como a educação patrimonial já está prevista no currículo oficial, particularmente nos PCNs, assim como no Programa *Mais*

---

assim o autor reflete sobre a identidade em 3 perspectivas, a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno, para refletir a crise de identidade em razão de sua fragmentação.



*Educação*, nos limitaremos a uma incursão sobre a noção de educação patrimonial que circula nestes dois documentos destinados a orientar os professores da escola básica.

Em 1996 o Ministério de Educação e Cultura - MEC lança os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, cuja proposta inclui Temas Transversais, entre os quais o Pluralidade Cultural. Este é considerado por Londres (2012), como a expressão de compromisso do estado com a educação patrimonial. Uma reflexão sobre o documento Pluralidade Cultural não pode ignorar noções como cultura, diversidade cultural e identidade muito presentes por todo o texto. A noção de cultura que consta no documento em tela é aquela concebida como o conjunto de códigos simbólicos de um grupo, porém, como não inclui o debate sobre o poder, o conflito e a resistência, acaba afirmando a cultura comum, sutilmente considerada padrão para todas as demais. Essa noção de cultura leva à valorização da diversidade cultural com a finalidade de construção de uma identidade nacional (RIBEIRO, 2001). Ora, propor uma identidade nacional é ignorar o Outro como sujeito histórico e suas diferenças, é desconsiderar as manifestações culturais de outros grupos neste território híbrido que é o Brasil.

Recentemente, outra iniciativa incluiu a Educação Patrimonial no Programa *Mais Educação*. Trata-se do caderno suplementar de *Educação Patrimonial*, um documento elaborado em parceria pelo Ministério da Educação e Ministério da Cultura – com a colaboração da DAF (Diretoria de Articulação e Fomento), da Cogedip (Coordenação Geral de Difusão e Projetos) e da Ceduc (Coordenação de Educação Patrimonial) do IPHAN. Para o *Mais Educação*, a educação patrimonial nas escolas tem como finalidade mostrar a necessidade de ações educativas que propiciem o reconhecimento, a valorização, a proteção e a preservação do patrimônio cultural, bem como de promover a autoestima da comunidade, para que esta possa refletir os significados dos bens culturais da sua e de outras culturas. O caderno *Mais educação* busca orientação teórica nos documentos do IPHAN, e este, por sua vez, aciona a noção antropológica de cultura, grosso modo, como conjunto de múltiplos significados e artefatos que identificam lugares e sujeitos.

Considerando que a escola precisa relacionar-se com o patrimônio cultural para reconhecer sua importância, o Programa *Mais Educação*, define que este contato precisa se dar de forma dinâmica e criativa. Não é possível ignorar o avanço desta proposta de educação patrimonial, pois por meio da elaboração de cadernos específicos, pormenoriza um pouco mais o que está disposto no Tema Transversal Pluralidade Cultural dos PCNs. Porém, segue atado à lógica da transversalização, o que ao nosso julgamento mantém a educação



patrimonial em um plano secundário no currículo escolar. Esta secundarização é adicionalmente reforçada pela ausência de uma política de formação cultural dos professores/as.

Por meio da educação patrimonial, é possível formar culturalmente os professores/as para que estes formem, por sua vez, crianças e jovens da escola básica. A partir da seleção de conhecimentos da cultura local (sobre a tradição e o patrimônio cultural), a educação patrimonial tem a finalidade de ultrapassar os limites restritos da valorização, da proteção e da preservação do patrimônio, avançando na direção da promoção de formação cultural, com vistas à participação de crianças e jovens no processo de *teatralização* do patrimônio, e na produção de outra economia do afeto, outra sensibilidade e empatia em relação ao brinquedo de miriti.

### Considerações finais

O brinquedo de miriti constitui uma tradição bicentenária e é patrimônio cultural imaterial do estado do Pará. O brinquedo de miriti como tradição e patrimônio cultural tem relevância econômica e cultural para a cidade, além de constituir identidades e alteridades. Mesmo sendo patrimônio cultural, a 3ª URE, a Semec e as escolas municipais ainda não demonstram grande interesse pela educação patrimonial. Hoje, esta tem lugar no Tema Transversal Pluralidade Cultural - PCNs e no Programa *Mais Educação*. Considerando o contexto cultural particular da cidade, acreditamos que a escola básica do município de Abaetetuba, precisa colocar em ação o debate currículo-cultura, bem como o necessário processo de formação cultural de professores, uma ação que possibilitará o reconhecimento dos significados deste patrimônio cultural da Amazônia.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pluralidade Cultural/PCNs**. MEC: Brasília, 1996.

BRASIL. Educação Patrimonial: manual de aplicação. **Programa Mais Educação**. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013a.

BRASIL. **Educação patrimonial**: históricos, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

BRASIL. **Programa Mais Educação** – educação patrimonial. Brasília: MEC, 2013b.

CANCLINI N. G. Políticas culturais na América latina. Trad. Wanda Caldeira Brant. **Novos Estudos**. n. 2, junho, 1983.

\_\_\_\_\_. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 1989.



\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. Trad. Maurício Santana Dias. **Revista IPHAN**. n. 23, 1994, pp. 91-115.

CLIFFORD, J. Colecionando arte e cultura. Trad. Anna O. B. Barreto. **Revista IPHAN**, n. 23, 1994. pp. 69-75.

FLORENCIO, S. R. R. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Atila B. (Orgs.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN, 2012.

GIROUX, H. **Cruzando as Fronteiras do Discurso Educacional**: novas políticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. pp.21-29.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LONDRES, C. A educação patrimonial na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, A. B. (Orgs.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN, 2012.

SCIFONE, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, A. B. (Orgs.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN, 2012.